

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo não feche esta janela. Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



Poder da informação, crise da informação

João Maria Mendes *

Janus 99-00

Em Portugal, como na generalidade dos países ocidentais, a definição contemporânea do "campo dos *media*" e da "comunicação no espaço público" é caracterizada pela coexistência de factores contraditórios, que é necessário identificar para percebermos como evoluíram as práticas nesta área, nos últimos anos do século XX, e quais as tendências em desenvolvimento. Portugal nasceu tarde para este universo, por só se ter libertado da censura prévia em 1974, por ter estatizado a globalidade da então chamada "comunicação social" logo a seguir, apenas procedendo à reprivatização e desregulação do sector nos anos 80 e 90. Mas, ao longo deste processo, adquiriu rapidamente características estruturalmente comparáveis às da Comunidade Europeia, depois União Europeia. São os seguintes os factores que robustecem a importância dos *media*, e especialmente dos *media* de raiz informativa, nas sociedades contemporâneas:

- A televisão tornou-se hegemónica como *médium* que associa informação, formação da opinião pública e entretenimento; ao mesmo tempo, assiste-se à explosão do seu modelo original: surgimento do "video on demand", da "Pay TV" e de canais temáticos, multiplicação dos canais e da rede de difusão devido à expansão do cabo e da transmissão por satélite, desenvolvimento de projectos e experiências de televisão interactiva, associação da televisão à Internet. Esta explosão, presente e futura, convida à redefinição da televisão generalista como um entre diversos nichos de audiência (embora vasto), e já não como matriz inevitável da actividade das emissoras. Mas, globalmente considerada, e tal como maioritariamente ainda a consumimos hoje, a televisão, com os seus 50 anos de experiência, passou a povoar a vida do cidadão comum de novos "deuses lares", novos companheiros de estrada da vida quotidiana (políticos, ideólogos, desportistas, agentes de actividades artísticas, técnicas e científicas, vedetas da informação e do entretenimento) e tende a organizar a agenda quotidiana do cidadão comum, como dantes fazia o sino da igreja nas comunidades rurais.
- A mediatização das práticas políticas reconfigurou o exercício e a natureza dos poderes e o seu relacionamento com os principais media informativos – televisão, rádio e imprensa. A agenda dos *media* tenta impor-se à agenda do poder político, a agenda do poder político convive com ela e tenta contaminá-la, e esta relação é, ora de rivalidade clara, ora de cumplicidade. A disputa/cumplicidade entre a agenda política e a agenda dos media tornou-se permanente, influenciando de modo determinante a "construção social da realidade" e a definição dos conteúdos que ocupam/preocupam a "opinião pública", como passaram a mostrar os novos estudos sobre "agenda setting", "agenda building" e "gatekeeping" editorial.
- A mediatização das práticas políticas foi acompanhada por uma evolução



das funções sociais dos comunicadores de informação: a fronteira entre prática jornalística e prática política foi (como mostram os estudos sobre a sua recepção) redesenhada e tornou-se menos clara, assumindo a relação entre ambas, com frequência, a aparência de uma relação inter pares, em regime de "sociedade de discurso" relativamente fechada. No entanto, a transformação de jornalistas em políticos (uma transumância que caracterizou a época histórica do "jornalismo de combate") manteve-se como fenómeno marginal: são poucos, e com frequência mal sucedidos, os casos de jornalistas profissionais que, em Portugal como noutros países, inflectiram as suas carreiras para se tornarem políticos profissionais, e vice-versa.

- A evolução das funções sociais dos comunicadores de informação é, também, actualmente marcada pelo que numerosos observadores designam por "fim da tirania do acontecimento", e isto desde os anos 70 do séc. XX: embora continuando a produzir notícias e a narrar factos reais, os comunicadores de informação passaram também a ver-se a si próprios, e a serem vistos, como tematizadores, cenarizadores e construtores de futuros. É esta segunda dimensão da sua actividade que os emancipa do acontecimento de que começaram por depender, e os aproxima dos agentes do poder político. O "fim da tirania do acontecimento" marca mais tardiamente a experiência dos comunicadores portugueses: a agenda das televisões francesas, por exemplo, mudou no início da década de 70, a agenda das televisões portuguesas só mudou com o fim do monopólio estatal e em consequência da nova situação concorrencial.
- A tensão entre regulação exógena (direito da comunicação) e a regulação endógena (ética e deontologia das práticas comunicacionais) não provocou alterações substanciais nas relações entre os direitos dos cidadãos e os direitos dos *media*: estes últimos tendem a prevalecer, sendo o discurso - predominantemente intransitivo - dos *media* marcado por práticas corporatistas e autónomas que adquirem a forma de poderes fácticos, embora exercidos em nome da representação social (os jornalistas seriam os representantes não-eleitos da opinião pública, e os políticos os representantes eleitos dos cidadãos).
- Dos itens anteriores decorreu a redefinição da "relevância social" dos comunicadores de informação: saudados como "Quarto Poder" desde E. Burke, face ao papel emergente da opinião pública e seus representantes nas instituições nascidas com a Revolução Francesa, têm hoje tendência a ser considerados como "Segundo Poder". Na definição de Burke, compunham com os poderes tradicionais do Estado - o Legislativo, o Executivo e o Judicial. Na nova definição, separam-se dos poderes do Estado, ocupando o papel de "grandes influenciadores" logo após o universo dos decisores financeiros internacionais, que agem no novo contexto da economia virtual. Em numerosos autores do final do século, esboça-se a ideia de que o "poder da Comunicação" ultrapassa, no universo da globalização, o "poder dos Estados".
- A socialização vertiginosa da Internet e da utilização do ciberespaço vem, em parte, ampliar esta nova crença no poder da Comunicação, ajudando a



imaginar novas formas de exercício do poder político, da "democracia directa electrónica" à reformulação dos mecanismos de tomada de decisões através da consulta, do referendo ou de novas modalidades de contacto entre representantes e representados. Mas esta crença, típica do optimismo tecnológico, pode ser entendida como subsidiária da "ideologia do progresso", tão frequentemente posta em causa no último quartel do séc. XX.

- A complexidade das relações entre parceiros e grupos de interesse, nas sociedades desenvolvidas contemporâneas, levou a novas articulações entre os *media* e representantes destas entidades: grupos profissionais, étnicos ou religiosos, activistas de diversas espécies, instituições, associações e grupos de pertença emergentes da sociedade civil e desejosos de verem o seu discurso ou a sua prática espelhados nos *media*, desenvolvem acções de "lobbying" para conquistarem tempo de antena ou adquirirem competências comunicacionais que os aproximem dos *media*. Estas interacções robustecem, no seu conjunto, a posição privilegiada dos jornalistas – cada vez mais rodeados de comentadores e de representantes – no campo dos *media*, como demiurgos e mediadores fundamentais na socialização das ideias e das práticas. Estes factores sustentam, cada um por si mas, sobretudo, associados, o privilégio da comunicação de informação, especialmente a jornalística, nas sociedades desenvolvidas contemporâneas.

Factores de fragilização

Mas existem outros factores que contrariam esta tendência, proporcionando algum reequilíbrio entre actantes no campo dos *media*:

- A socialização da Internet, no contexto da expansão das "auto-estradas da comunicação", abre a todos os comunicadores potenciais – e não apenas aos profissionais – a possibilidade de serem emissores e fontes de informação para um público-alvo surpreendentemente vasto. E fá-lo, sem dúvida temporariamente, de forma "selvagem", prescindindo dos regimes de regulação exógena e endógena que auto-legitimaram a prática da comunicação profissional. Não há carteiras profissionais, nem códigos deontológicos, nem livros de estilo, e quase não há constrangimentos legislativos, para o novo comunicador da Internet. A morosidade de configuração dos regimes legais e fiscais de actuação no ciberespaço testemunha esta nova liberdade, que deverá manter-se durante alguns anos mais. Este novo fenómeno dissemina e pulveriza as mediações socialmente necessárias, e multiplica os acessos directos entre novos emissores e novos receptores. Por exemplo, imagens de determinado acontecimento obtidas por um amador, e que até ontem só podiam aceder ao espaço público através de um jornal ou de uma emissora televisiva, podem hoje ser directamente colocadas no ciberespaço por esse amador. A mediação/legitimação do jornal ou da emissora televisiva torna-se desnecessária. Ou seja: qualquer agente social pode difundir directamente o seu discurso no espaço público, sem a mediação/legitimação dos *media* convencionais, embora seja cedo para avaliar a importância social que este novo fenómeno virá a adquirir.



- Ciclicamente, a opinião pública muda de atitude face aos comunicadores profissionais e aos jornalistas em especial: ora os avalia positivamente como "heróis" da veridicção no espaço público, ora se cansa dos seus excessos, da arbitrariedade e impunidade dos seus actos de comunicação, e do seu poder. Para um grande número de consumidores da "informação-espectáculo" que passou a dominar os *media* convencionais, são excessivos o narcisismo das vedetas da televisão (de que são exemplo os programas a quem é dado o nome do seu animador/apresentador, as entrevistas de jornalistas por jornalistas, etc.), a manipulação da agenda e as "conspirações de silêncio", a tendência para privilegiar a descrição do mundo como série infinita de catástrofes inevitáveis, a violência recorrente. O papa João Paulo II fez-se eco, em diversas ocasiões do seu mandato, das críticas frequentes ao papel da televisão, ora pedindo às famílias que não a transformem em "baby sitter", ora aconselhando-as a desligarem-na com mais facilidade. Já em 1978, no final de uma década particularmente sensível aos excessos dos comunicadores profissionais, Soljenytsine assumira esta postura crítica, afirmando, sobre o jornalismo em geral, que ele "adquiriu um poder exorbitante, desproporcionado em relação às suas capacidades, e só satisfaz as necessidades imaginárias das classes médias". A evolução do direito (legalmente garantido) de resposta aos *media*, a responsabilização judicial do autor de textos jornalísticos em caso de incumprimento da legislação aplicável, a criação de postos de "ombudsman" e a extensão de responsabilidades e do campo de intervenção de consultorias paritárias, onde emissores e receptores se encontram representados, são pequenos passos concretos no sentido da limitação destes excessos.

Esta pressão da opinião pública sobre os *media*, associada à socialização da Internet e à disseminação da comunicação a que aludimos, gerou paradoxalmente uma relativa fragilização da posição privilegiada dos jornalistas, numa época em que o seu poder é maior do que nunca. E estas parecem ser, contraditoriamente, as duas tendências dominantes, em termos de futuro próximo, no "campo dos *media*" de raiz informativa: por um lado, a sua importância, sobretudo a da televisão, na definição da agenda das sociedades, tende a aumentar, em disputa ou em cumplicidade com a agenda política. Por outro, as possibilidades tecnológicas geradas pela Internet e pelo ciberespaço, e a sua – provavelmente transitória – desregulação, tendem a reduzir, em princípio, o monopólio da palavra e da imagem pelos comunicadores profissionais, parcialmente substituídos por cidadãos comuns, que precisam menos deles para adquirirem visibilidade comunicacional e para se dirigirem directamente a outros cidadãos comuns, como parecem confirmar os primeiros estudos norte-americanos – ainda meramente indiciais – sobre a descida global da audiência das televisões em favor de uma subida da navegação na Internet.

Informação Complementar

Política não, ensino sim

Se, à semelhança do que se passou e passa nos países da UE, a política profissional não foi, senão para um número muito limitado de jornalistas, lugar de destino de reconversões profissionais em Portugal, o mesmo não sucedeu com o ensino – especialmente o ensino da Comunicação. A docência nas áreas de



Comunicação do Ensino Politécnico e do Ensino Superior Privado e Cooperativo foi, na década de 90, aberta a jornalistas, muitas vezes dotados de forte curriculum profissional, mas não de curriculum académico, desejosos de ocupar postos de ensino em ateliers, "workshops", disciplinas práticas, outras.

O fenómeno satisfaz as "news rooms" e as redacções, que tradicionalmente criticam este ensino por nunca ser suficientemente "profissionalizante". E veio, também, oferecer uma nova credibilidade ao microcosmos jornalístico, que passou a aceder a postos de docência sem as qualificações anteriormente exigidas. Bacharelatos, licenciaturas e pós-graduações viram-se assim frequentemente visitados por saberes empíricos e não-críticos, directamente importados das práticas profissionais.

Mas o fenómeno, relativamente comum na tradição norte-americana, gerou igualmente mal-estar nas escolas, onde o curriculum profissional e o "saber-fazer" não são, salvo excepção, vistos, pelo corpo docente qualificado, como bastantes para garantir a subsistência dos valores próprios do ensino superior. A necessidade de pensar teórica e criticamente a Comunicação é a principal vítima deste processo, que se tem por transitório e não irreversível: de facto, terá sido a explosão desta área de ensino, em poucos anos da década de 90, que gerou um défice de professores e a necessidade de recurso a profissionais não especificamente qualificados para a docência (em 1996-97, por exemplo, eram 2946 os alunos inscritos em cursos de Comunicação no ensino superior público, e 3612 no ensino superior privado).

Um movimento de reequilíbrio poderia, em princípio, suceder à perturbação actual: por um lado, as escolas poderão oferecer, aos seus docentes-profissionais, condições especiais para a obtenção dos graus académicos necessários. Por outro, os profissionais e as suas organizações representativas ainda precisam de entender que o ensino superior nas áreas da Comunicação, como em outras Ciências Sociais e Humanas, não tem sobretudo como objectivo a aprendizagem empírica oficial e a iniciação corporatista.

Finalmente, os Estudos em Comunicação diversificaram-se de tal modo, que o próximo passo deverá ser o surgimento, não de novos Departamentos, mas de Faculdades de Comunicação, oferecendo diversas licenciaturas e não, como hoje acontece, uma só (1). Nesse cenário, a eterna oposição entre teoria e prática voltará a colocar-se, mas em princípio será possível aproveitá-la para definir a natureza e objectivos das diferentes licenciaturas – ora mais produtoras de saber, ora de saber-fazer.

***João Maria Mendes**

Doutorando no DCC da UNL, Prof. Convidado no DCC da UAL e Prof. Adjunto na ESTC. Jornalista.

Notas

1 - Tome-se como exemplo desta tendência o modelo do Communication College da Universidade de Boston.